

Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas
Empresas do Estado
de São Paulo -
SEBRAE - SP

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alberto Spilborghs Neto'. The signature is fluid and cursive, written over a light blue horizontal line.

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	442	23.840	Benefícios a empregados	15	9.703	3.660
Aplicações financeiras	11.1	12.916	-	Obrigações tributárias	16	3.143	2.942
Contas a receber	8	5.941	4.701	Obrigações com convênios e contratos	17	2	59
Numerários vinculados a convênios e programas	5	2	101	Contas a pagar a fornecedores e outros	18	17.068	14.641
Adiantamentos concedidos	6	4.417	4.274	Provisão sobre folha de pagamento	19	24.116	21.542
Transações de convênios a executar	7	1.546	2.034	Obrigações com o Sistema SEBRAE	12.b	2.822	11.518
Créditos com o Sistema SEBRAE	12.a	100.832	-				
Outros créditos	9	2.758	2.569	Total do passivo circulante		56.854	54.362
				Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	20	1.454	2.077
Total do ativo circulante		128.854	37.519	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal	21	23.059	21.574
Ativo não circulante				Total do passivo não circulante		24.513	23.651
Depósitos judiciais	21	16.887	13.330				
Fundos de investimentos	10	3.821	2.833	Patrimônio líquido			
Aplicações financeiras	11.2	559.464	349.230	Superávit acumulado		382.100	293.203
Imobilizado	13	81.474	83.463	Ajustes de avaliações patrimoniais		30.365	30.755
Intangível	14	2.977	4.103	Superávit do exercício		299.645	88.507
Total do ativo não circulante		664.623	452.959	Total do patrimônio líquido	22	712.110	412.465
Total do ativo		793.477	490.478	Total do passivo e do patrimônio líquido		793.477	490.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais	11	612.441	433.188
Contribuição social ordinária (CSO)	23	576.041	395.818
Contribuição social nacional (CSN)	23	8.862	3.681
Ressarcimentos de Viagens (CSO)	23	-	35
Receita de empresas beneficiadas	24	21.989	20.076
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	25	142	269
Outras receitas operacionais	26	5.407	13.309
Despesas operacionais		(374.805)	(385.798)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	27	(223.275)	(195.981)
Serviços profissionais e contratados	28	(79.946)	(97.668)
Custos e despesas de operacionalização	29	(42.851)	(65.318)
Encargos diversos	30	(12.770)	(9.134)
Despesas com provisões	31	(5.482)	(8.808)
Depreciação e amortização	32	(7.670)	(8.025)
Outras despesas operacionais	33	(2.811)	(864)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		237.636	47.390
Resultado financeiro líquido	34	62.009	41.117
Superávit do exercício		299.645	88.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Superávit do exercício	299.645	88.507
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>299.645</u>	<u>88.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	230.741	31.166	62.051	323.958
Absorção do superávit do período	62.051	-	(62.051)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	411	(411)	-	-
Superávit do exercício	-	-	88.507	88.507
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Absorção do superávit do período	88.507	-	(88.507)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	390	(390)	-	-
Superávit do exercício	-	-	299.645	299.645
Saldo em 31 de dezembro de 2016	382.100	30.365	299.645	712.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	299.645	88.507
Ajustes:		
Depreciação e amortização	7.670	8.025
Baixa do ativo imobilizado	50	58
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.485	(11.516)
Provisão para perda em fundos de investimento	226	413
Provisão de férias e encargos	2.574	(384)
	<u>311.650</u>	<u>85.103</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Contas a receber	(1.240)	(1.957)
Adiantamentos concedidos	(143)	1.531
Numerários vinculados a convênios e programas	99	(101)
Transações de convênios a executar	488	(309)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(100.832)	10
Depósitos judiciais	(3.557)	(961)
Outros créditos	(189)	(21)
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	6.244	570
Contas a pagar a fornecedores e outros	2.427	(5.024)
Obrigações com convênios e contratos	(57)	59
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(8.696)	11.438
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(623)	2.077
	<u>205.571</u>	<u>92.415</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
	<u>205.571</u>	<u>92.415</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(4.336)	(3.598)
Adições/Baixas ao ativo intangível	(268)	(777)
Fundos de investimentos	(1.215)	(1.610)
Aplicações financeiras (adições)	(392.217)	(183.726)
Aplicações financeiras (baixas)	169.067	68.782
	<u>(228.969)</u>	<u>(120.929)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
	<u>(228.969)</u>	<u>(120.929)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.398)</u>	<u>(28.514)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	23.840	52.354
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	442	23.840
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.398)</u>	<u>(28.514)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Vergueiro, 1.117, Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio de repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”), emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 e instrumentos financeiros classificados como equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 04), as aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 11), fundos mútuos de investimento (Nota Explicativa nº 10) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 34).

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/SP conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018.

O Sebrae/SP apresentou um superávit de R\$ 299.645 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 72.000.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 27 de janeiro de 2017.

2.2 Usos de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 37), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 13), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 21) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 35).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O resultado do cálculo atuarial de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil no resultado do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 35).

b. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 37).

c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 21).

As provisões para contingências trabalhistas e cíveis são constituídas com base em posicionamento dos assessores jurídicos internos e externos para as ações cuja estimativa de perda foi avaliada como provável, quando foram realizados depósitos judiciais, ou com base em melhores estimativas da Administração da Entidade.

d. Depreciação de imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 1,67% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 13).

2.3 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/SP conseguirá manter suas atividades e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018. A CSO/CSN representam mais de 80% das receitas da Entidade.

O Sebrae/SP apresentou um Resultado Patrimonial de R\$ 299.645 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 72.000.

Além disso, com a mudança na forma de liberação da CSO pelo Sebrae Nacional, onde os recursos passaram a ser enviados para os Sebrae/UF independente do grau de execução, os ganhos de eficiência na aplicação serão revertidos para o Patrimônio do Sebrae/UF como já aconteceu em 2016 quando o PL cresceu 73%.

A administração reconhece que existe uma incerteza no ambiente econômico externo que pode afetar a captação de receitas próprias obtidas dos clientes e dos Governos Estaduais, mas que não chega a afetar a capacidade operacional do SEBRAE, já que as Receitas Próprias não chegam a 10% das receitas totais. Qualquer redução pode ser complementada pelo ganho de eficiência nas despesas sustentadas pela CSO e até pela utilização de parcela financeira do Patrimônio como já previsto e destacado no orçamento aprovado.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO se referem às transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade. Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos (Nota Explicativa nº 23).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 25).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 24).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponível para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e ativos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 18).

c. *Classificação entre circulante e não circulante*

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (Nota Explicativa nº 13).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação anuais estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,67%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Veículos e acessórios	20%

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

O adiantamento sobre vendas dos direitos de administração é amortizado mensalmente por cálculo linear do período da concessão do direito de uso, que foi vendido por um prazo determinado (Nota Explicativa nº 20).

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 21).

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 15).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE/SP é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE-SP reconhece uma despesa de

benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de seus participantes.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE-SP contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 35).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	132	134
Banco conta movimento (i)	310	4.610
Aplicações financeiras (ii)	<u>-</u>	<u>19.096</u>
Total	<u>442</u>	<u>23.840</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontra a seguir descrita:

Bancos c/ movimento	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	280	4.589
Caixa Econômica Federal	5	3
Outros bancos	<u>25</u>	<u>18</u>
Total	<u>310</u>	<u>4.610</u>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Aplicações Financeiras	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	CDB	<u>-</u>	<u>19.096</u>
Total		<u>-</u>	<u>19.096</u>

As aplicações financeiras estão classificadas como equivalente de caixa pelo fato desses recursos serem destinados a manutenção operacional da entidade.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A ausência de saldo na rubrica de aplicações financeiras se refere ao esgotamento de operações em CDB/DI de curto prazo, devido a estratégia de alongamento do prazo da carteira.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contas correntes	1	6
Aplicações financeiras	<u>1</u>	<u>95</u>
Total	<u>2</u>	<u>101</u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SP, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SP. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 17.

Os recursos aplicados se referem aos convênios firmados com as empresas Gerdau e Nestlé.

6 Adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a funcionários	1.575	1.824
Adiantamentos para viagens	10	15
Adiantamentos a terceiros	<u>2.832</u>	<u>2.435</u>
Total	<u>4.417</u>	<u>4.274</u>

Em “Adiantamentos a funcionários” houve uma redução nos adiantamentos de férias concedidas aos funcionários, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O acréscimo na rubrica “adiantamentos a terceiros” se refere ao repasse de recursos à SPTuris para o aluguel de espaço para a realização das Feiras do Empreendedor de 2017 e 2018, que aumentou em relação ao adiantamento para a realização da Feira do Empreendedor de 2016.

7 Transações de convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmadas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Liberações de convênios	5.840	3.512
(-) Execuções de convênios	(4.211)	(1.478)
(-) Devoluções de convênios	<u>(83)</u>	<u>(-)</u>
Total	<u>1.546</u>	<u>2.034</u>

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados.

Contas a receber

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a receber (i)	2.615	1.961
Cheques e cartão (ii)	<u>3.326</u>	<u>2.740</u>
Total	<u>5.941</u>	<u>4.701</u>

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.
- (ii) Refere-se ao recebimento de Cheques e Cartões de Crédito vinculados às operações com os nossos clientes.

O acréscimo nas contas a receber ocorreu devido ao aumento nas vendas a prazo decorrentes da prestação de serviços a empresas beneficiadas.

8 Outros créditos

O grupo é formado por depósitos cauções, despesas pagas antecipadamente e por créditos diversos, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos cauções	855	966
Reembolso de juros e multas	420	434
Benefícios a funcionários	962	915
Prêmios de seguro a apropriar	190	33
Garantia estendida equip. informática	168	-
Outras despesas a apropriar	<u>163</u>	<u>221</u>
Total	<u>2.758</u>	<u>2.569</u>

O aumento na rubrica “Prêmios de seguro a apropriar” se refere aos seguros de prédio, mobiliário e responsabilidade civil que em 2015 estavam totalmente apropriados nas contas de resultado.

Em “Garantia estendida equipamentos de informática” estão registrados os seguros contratados que serão apropriados por 2 anos após o término da garantia do fabricante.

A rubrica “Outras despesas a apropriar” se refere à assinatura de jornais, revistas e periódicos.

9 Fundos de investimentos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Returning Entreprenur Investment Found (REIF)	1.500	1.500
(-) Provisão para desvalorização (REIF)	(422)	(560)
Fundo de Inovação Paulista (FIP)	3.544	2.329
(-) Provisão para desvalorização (FIP)	<u>(801)</u>	<u>(436)</u>
Total	<u>3.821</u>	<u>2.833</u>

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos.

Returning Entreprenur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209.

A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

10 Aplicações financeiras

Os recursos aplicados são derivados do excedente do fluxo de caixa, sendo que a administração decidiu pelo resgate a longo prazo com a finalidade de obter um rendimento líquido maior devido à redução da alíquota do imposto de renda.

10.1 Aplicações financeiras curto prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil S.A.	Fundo de investimento	12.916	-
Total		<u>12.916</u>	<u>-</u>

10.2 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	CDB	542.313	292.175
Banco do Brasil S.A.	CDB	17.151	57.055
Total		<u>559.464</u>	<u>349.230</u>

A taxa média das operações de longo prazo é de 101,00% do percentual do CDI. O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

O aumento do saldo destas operações é decorrente do excedente de capital e da estratégia de alongamento do prazo da carteira de aplicações financeiras, com o benefício de obter menores alíquotas de IRRF.

11 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recursos ordinários a receber	<u>100.832</u>	<u>-</u>
Total	<u>100.832</u>	<u>-</u>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
CSN a devolver (i)	<u>2.822</u>	<u>11.518</u>
Total	<u>2.822</u>	<u>11.518</u>

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE-NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-19, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE-NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2016 os acertos contábeis no SEBRAE-SP e no SEBRAE-NA foram para manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício. O saldo de R\$ 11.518 em dezembro de 2015 foi devolvido através de desconto efetuado na Contribuição Social Ordinária do mês de fevereiro de 2016. O saldo de R\$ 2.822 em dezembro de 2016 se refere a recursos para subsidiar a Feira Brasil Original e o Programa SUPERMEI, que serão devolvidos através de desconto na parcela de Contribuição Social Ordinária.

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

1. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).
2. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO - Saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 100.832, sendo que a liquidação financeira ocorrerá no mês de janeiro de 2017.

c. Resultado em operações com partes relacionadas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição Social Ordinária (CSO)	576.041	395.818
Contribuição Social Ordinária - Viagens	-	35
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>8.862</u>	<u>3.681</u>
Total	<u>584.903</u>	<u>399.534</u>

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	1.984	1.895
Benefícios	<u>210</u>	<u>183</u>
Total	<u>2.194</u>	<u>2.078</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 35.

12 Ativo imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Valor 31/12/2016
Terreno	-	35.050	-	(-)	35.050
Edificações	1,67%	36.456	-	(-)	36.456
Obras em andamento	-	-	442	(-)	442
Móveis e utensílios	10%	7.164	484	(93)	7.555
Veículos/Acessórios	20%	6.440	-	(-)	6.440
Máquinas/Equipam.	10%	7.223	155	(108)	7.270
Equip. informática	20%	18.571	3.083	(755)	20.899
Instalações	10%	8.650	172	(-)	8.822
Total do custo		119.554	4.336	(956)	122.934
Total depreciação acumulada		(36.091)	(6.275)	906	(41.460)
Total líquido		83.463	(1.939)	(50)	81.474

As principais variações no período foram as seguintes:

- O saldo em “Obras em andamento” se refere à contratação de empresa especializada para implantação, licenciamento, operação e manutenção, na Sede, de poço artesiano tubular para consumo humano, e reforma no edifício localizado na Rua 24 de Maio, para futura mudança do Escritório Regional Capital Centro.
- O acréscimo em “Móveis e utensílios” ocorreu devido à aquisição de mesas de jogos para a sala de atividades culturais e recreativas da Escola de Negócios, e mesas para os Escritórios Regionais. Além disso, foram adquiridas estações de trabalho, cadeiras, gaveteiros, armários e sofás para utilização nos novos postos inaugurados, denominados “Sebrae Aqui”.
- O aumento em “Equipamentos de informática” ocorreu devido à aquisição de câmeras de videoconferência e microfones para os Escritórios Regionais, compra de hardwares e de equipamento de conectividade tipo Switch Core. Além disso houve aquisição de notebooks para a Central de Atendimento, Escola de Negócios e salas do Empretec dos Escritórios Regionais, e aquisição de impressoras, desktops e nobreak para utilização nos novos postos inaugurados, denominados “Sebrae Aqui”.
- As baixas em “Equipamentos de informática” se referem a sinistros e doações de computadores ocorridas no período.
- As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

Com relação à rubrica de edificações, passamos a seguir a apresentar o histórico da sua ocorrência:

- O edifício localizado na Rua 24 de Maio, n.º 30/32 - Centro - São Paulo, foi adquirido pelo SEBRAE-SP por R\$ 10.000 em março/2010. Posteriormente à compra, o SEBRAE-SP tomou conhecimento que o imóvel está situado em área de “utilidade pública”, conforme consta no Decreto n.º 49.806, de 24 de julho de 2008, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em 26 de junho de 2012 o SEBRAE-SP foi notificado pelo Departamento de Desapropriações da Prefeitura de São Paulo, para vistoria do imóvel situado na Rua 24 de Maio, n.º 30/32 em continuidade às providências expropriatórias. Em 25 de agosto de 2012, a Prefeitura autorizou ao SEBRAE-SP a retirada de cópias do processo n.º 2012-0.209.945-5, referente ao imóvel supracitado, contendo laudo de avaliação administrativa da própria Prefeitura Municipal de São Paulo, datado de 6 de agosto de 2012, no qual define seu valor de avaliação administrativa em R\$ 5.953.

Em decorrência, o SEBRAE-SP ajustou o valor do referido imóvel registrado em conta do imobilizado pelo valor de R\$ 5.953, após o lançamento de impairment, observando o pronunciamento contábil CPC - 01.

Porém em 24 de julho de 2013, ocorreu a caducidade do Decreto Municipal n.º 49.806 de 24 de julho de 2008 e o prazo de carência que impossibilitava a expedição de novo decreto expropriatório pelo Poder Público encerrou-se em julho de 2014. Assim, perde a validade igualmente a perícia provisória realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo no processo administrativo n.º 2012-0.209.945-5. Em outubro de 2014 houve a contratação de perito para a avaliação do imóvel, cujo valor justo foi avaliado em R\$ 14.200. Em virtude da caducidade do decreto, da invalidade da perícia e do resultado da avaliação, foi realizada a reversão do *impairment* no valor de R\$ 3.911 em outubro de 2014 retornando o bem ao seu valor de aquisição original.

13 Intangível

	<i>Softwares</i>	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.328	7.328
Adições	268	268
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.596	7.596
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.225)	(3.225)
Amortização no período	(1.394)	(1.394)
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.619)	(4.619)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2015	4.103	4.103
Em 31 de dezembro de 2016	2.977	2.977

O acréscimo ocorreu devido à aquisição de softwares específicos para uso em trabalhos gráficos na produção de folheteria, produtos de comunicação, produção e edição de vídeos e tratamento de imagem, aquisição de solução de segurança de perímetro Firewall para a Escola de Negócios e software para equipamento de conectividade tipo Switch Core.

14 Benefícios a empregados

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração a pagar	15	8
Encargos sociais a recolher	3.894	3.649
Consignações da folha de pagamento	<u>5.794</u>	<u>3</u>
Total	<u>9.703</u>	<u>3.660</u>

O acréscimo em “Consignações da folha de pagamento” se refere à provisão da sinistralidade do Seguro Saúde Unimed.

15 Obrigações tributárias

Corresponde a obrigações fiscais sobre serviços, salários e tributos retidos a recolher.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IRRF s/ salários a recolher	2.469	2.141
IRRF s/ serviços a recolher	90	123
ISS s/ serviços a recolher	58	76
INSS retido s/ serviços a recolher	151	154
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	192	280
Pis a recolher	<u>183</u>	<u>168</u>
Total	<u>3.143</u>	<u>2.942</u>

Não houve variação significativa no período.

16 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a recursos de convênios recebidos de parceiros, ainda não utilizados na execução dos projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes são apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Convenio Gerdau - ER ABC/Alto Tietê	2	22
Convenio Nestlé - ER Capital Sul	<u>-</u>	<u>37</u>
Total	<u>2</u>	<u>59</u>

Os valores se referem aos convênios firmados com a Gerdau e a Nestlé, a serem executados ou devolvidos no encerramento do convênio.

17 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	10.223	7.731
Sebraetec	36	36
Soluções Tecnológicas	2.631	3.201
Super MEI	286	-
Programa Alimentos Seguros	311	-
Adiantamento de clientes	2.568	2.643
Cauções e depósitos p/ licitações	348	370
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	<u>42</u>	<u>37</u>
Total	<u>17.068</u>	<u>14.641</u>

O acréscimo na rubrica “Fornecedores” é justificado pelo aumento do saldo a pagar a terceiros em dezembro de 2016.

O saldo na rubrica “Soluções tecnológicas” se refere à provisão do produto de consultoria tecnológica oferecido pela empresa (SEBRAE INOVA).

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços é de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

18 Provisão sobre folha de pagamento

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias e encargos (i)	16.671	16.051
Remuneração variável (ii)	<u>7.445</u>	<u>5.491</u>
Total	<u>24.116</u>	<u>21.542</u>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) Foi utilizada como base de cálculo a planilha compilada pelo comitê de indicadores com os resultados parciais alcançados pelas Unidades e Escritórios Regionais até 31/12/2016, conforme critérios estabelecidos através da Cartilha da Remuneração Variável para o ano de 2016.

A partir de 2014, a forma de pagamento da Remuneração Variável passou a atender a Lei nº 10.101 de 19/12/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

19 Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 18. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	<u>1.454</u>	<u>2.077</u>
Total	<u><u>1.454</u></u>	<u><u>2.077</u></u>

20 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e obrigação legal e os respectivos depósitos judiciais estavam apresentados da seguinte forma:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão</u>		<u>Líquido</u>	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Riscos trabalhistas	1.247	1.132	6.667	6.766	5.420	5.634
Riscos cíveis	733	31	1.485	497	752	466
Obrigação legal	<u>14.907</u>	<u>12.167</u>	<u>14.907</u>	<u>14.311</u>	-	<u>2.144</u>
Total	<u><u>16.887</u></u>	<u><u>13.330</u></u>	<u><u>23.059</u></u>	<u><u>21.574</u></u>	<u><u>6.172</u></u>	<u><u>8.244</u></u>
			Trabalhistas	Cíveis	Obrigação legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015			<u>6.766</u>	<u>497</u>	<u>14.311</u>	<u>21.574</u>
(+) Complemento de provisão			2.893	947	1.451	5.291
(+) Atualização monetária			713	211	-	924
(-) Reversão de provisão			(3.698)	(139)	(855)	(4.692)
(-) Baixa de provisão			<u>(7)</u>	<u>(31)</u>	<u>(-)</u>	<u>(38)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016			<u><u>6.667</u></u>	<u><u>1.485</u></u>	<u><u>14.907</u></u>	<u><u>23.059</u></u>

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 2.893 devido à alteração da probabilidade de perda de quarenta e cinco processos judiciais no total de R\$ 2.726, alteração do valor da causa de dez processos no total de R\$ 129 e registros de três novos processos no total de R\$ 38. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 694 referente à baixa de sete processos, de R\$ 2.246 referente à alteração do valor da causa de quarenta processos e de R\$ 758 referente à alteração da probabilidade de perda de quatorze processos judiciais. Nas ações de natureza cível, houve provisão de dois novos processos no total de R\$ 944 e complemento no valor de R\$ 3 por alteração de probabilidade de perda. Houve também reversão de provisão no valor de R\$ 139 referente à alteração da probabilidade de perda de dois processos e de R\$ 31 referente à baixa de um processo. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 1.451 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo.

Obrigação legal

As obrigações legais são constituídas com base em melhores estimativas da Administração da Entidade, os quais já possuem depósitos judiciais e estão apresentados pelo seu provável valor de desembolso. Tais provisões estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos.

Contingências passivas com estimativas de perdas possíveis

O SEBRAE-SP possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica interna e externa com probabilidade de perda “possível” (naturezas trabalhista e cível), os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações contábeis:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Riscos trabalhistas	4.190	4.712
Riscos cíveis	<u>7.895</u>	<u>6.875</u>
Total	<u>12.085</u>	<u>11.587</u>

O acréscimo nas ações cíveis se justifica pela ocorrência de atualizações monetárias e entrada de novos processos ao longo do ano.

Quanto aos processos trabalhistas, as ações judiciais versam em torno de pedidos referentes a verbas trabalhistas que os autores destas ações entendem serem devidas ou que não as receberam corretamente em momento oportuno, como por exemplo, horas extras, diferenças salariais, verbas rescisórias, danos morais e materiais de diversas causas, entre outras.

Quanto aos processos cíveis, as ações judiciais versam geralmente em torno de conflitos existentes no cumprimento e na vigência dos contratos celebrados entre o SEBRAE-SP e nossos fornecedores.

21 Patrimônio líquido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Superávit acumulado	382.100	293.203
Superávit do exercício	299.645	88.507
Ajuste avaliação patrimonial	<u>30.365</u>	<u>30.755</u>
Total	<u>712.110</u>	<u>412.465</u>

A variação da rubrica se refere basicamente à absorção do superávit de 2015 ao patrimônio líquido, além do aumento no superávit apurado no exercício de 2016.

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado.

b. Superávit do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores de mercado.

22 Receitas com contribuição social

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contr. Social Ordinária - CSO (a)	576.041	395.818
Contr. Social Nacional - CSN (b)	8.862	3.681
Contribuição Social Ordinária - Viagens (c)	<u>-</u>	<u>35</u>
Total da receita líquida	<u>584.903</u>	<u>399.534</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Em 2016, o principal motivo do acréscimo nesta rubrica se justifica pelo registro de R\$ 110.692 referente ao excedente de arrecadação de Contribuição Social Ordinária de exercícios anteriores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, cujas liberações financeiras estão sendo realizadas desde Agosto de 2016 e ocorrerão até Janeiro de 2017. Além disso, houve aumento na receita distribuída mensalmente pelo SEBRAE Nacional, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE-NA para os SEBRAE-UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE-UF (IN.37.19).

O acréscimo de R\$ 5.181 em “Contribuição Social Nacional” ocorreu devido à execução de R\$ 3.959 para a realização da Feira Brasil Original ocorrida Outubro de 2016. Além disso, houve aumento no valor do repasse mensal em comparação ao ano anterior.

c. Contribuição Social Ordinária - Viagens

Nessas rubricas estão alocadas as receitas de ressarcimento de viagens patrocinadas pelo SEBRAE Nacional.

23 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Treinamentos	3.030	2.441
Consultoria	5.849	3.884
Feiras	3.151	3.775
Palestras	114	122
EMPRETEC	5.278	5.165
Missões empresariais	1.241	2.108
Cotas de patrocínios	3.047	1.961
Outras	279	620
Total	<u>21.989</u>	<u>20.076</u>

Houve acréscimo na rubrica “Consultoria” decorrente do aumento de consultorias de soluções tecnológicas realizadas no período.

Na rubrica “Missões empresariais” a variação se refere à redução de missões realizadas durante o ano de 2016.

Houve aumento no total de cotas de patrocínio da Feira do Empreendedor em relação ao mesmo período do ano anterior.

24 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/UF.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita - Parceiros	142	269
Total	<u>142</u>	<u>269</u>

A receita se refere à execução de recursos vinculados ao convênio com a Gerdau, firmado junto aos Escritórios Regionais Grande ABC e Alto Tietê.

25 Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação e restituições	914	1.008
Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária	623	415
Devoluções de convênios	10	33
Receita reversão prov. contingência trabalhista	3.721	10.987
Receita reversão prov. outras contingências	139	866
Total	<u>5.407</u>	<u>13.309</u>

O saldo em “Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

A variação em “Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” se refere à reversão de R\$ 5.913 ocorrida em julho de 2015 referente ao processo movido pelo Ministério Público do Trabalho, após a celebração de acordo entre as partes para o pagamento de indenização no total de R\$ 10.000 por parte do SEBRAE-SP.

A “Receita de reversão de provisão de outras contingências” em 2015 ocorreu devido à reavaliação dos valores das obrigações legais no primeiro trimestre de 2015, e em 2016 devido à alteração de probabilidade de perda de dois processos.

26 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salário e proventos	(110.253)	(100.675)
13º salário	(9.518)	(8.563)
Férias	(13.951)	(12.338)
Indenizações trabalhistas	(5.947)	(5.133)
Encargos trabalhistas	(39.155)	(36.395)
Benefícios sociais	<u>(44.451)</u>	<u>(32.877)</u>
Total	<u>(223.275)</u>	<u>(195.981)</u>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Em janeiro de 2016, houve reajuste na remuneração de todos os colaboradores em 6%, estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho. Em julho de 2016, houve reajuste de 5,28% do salário de Junho estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho, totalizando 11,28%.

O principal motivo do acréscimo em “Benefícios sociais” se refere ao aumento de despesas com sinistralidade do Seguro Saúde Unimed, que em 2016 foi de R\$ 11.456 e em 2015 foi de R\$ 1.988.

27 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Instrutoria e consultoria	(13.225)	(13.655)
Serviços técnicos especializados	(17.287)	(30.488)
Manutenção, segurança e limpeza	(11.356)	(15.401)
Despesas com clipping de notícias	(1.476)	(3.204)
Locação de mão-de-obra	(15.142)	(16.975)
Estagiários	(3.621)	(2.234)
Serv. de apoio administrativo	(30)	-
Organização e promoção de eventos	(14.276)	(13.343)
Contrato de patrocínio	(106)	(754)
Menor aprendiz	(989)	(787)
Outros serviços contratados	(2.426)	(810)
Encargos sociais s/ serv. terceiros	(12)	(17)
Total	<u>(79.946)</u>	<u>(97.668)</u>

Os principais motivos do decréscimo em “Serviços técnicos especializados” se referem à redução de R\$ 4.546 com assessoria de imprensa, R\$ 3.594 com estudos, pesquisas e análises técnicas, R\$ 1.638 com desenvolvimento e manutenção de softwares próprios e R\$ 1.092 com produção e edição de materiais audiovisuais.

Na rubrica “Manutenção, segurança e limpeza”, houve decréscimo de R\$ 1.864 nos serviços de vigilância e de R\$ 1.829 nas despesas com manutenção de equipamentos de informática.

O principal motivo do acréscimo em “Organização e promoção de eventos” se refere ao aumento das despesas com a realização da Feira do Empreendedor em relação ao mesmo período do ano anterior, além da realização da Feira Brasil Original.

A rubrica “Outros serviços contratados” se trata substancialmente de despesas com serviços de logística para fins de armazenamento, manuseio e distribuição de materiais, suprimentos e produtos.

28 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesa de viagem	(3.808)	(8.348)
Aluguéis e encargos	(18.233)	(21.608)
Divulgação, anúncios, public. e propaganda	(4.910)	(5.722)
Serviços gráficos e de reprodução	(3.800)	(8.059)
Serviços de comunicação	(3.671)	(11.090)
Materiais de consumo	(3.490)	(3.553)
Demais custos e despesas gerais	(4.939)	(6.938)
Total	<u>(42.851)</u>	<u>(65.318)</u>

Na rubrica “Despesa de viagem”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais.

Em “Despesas com aluguéis e encargos” houve uma redução de R\$ 2.528 com despesas de aluguéis de espaços em feiras.

O decréscimo em “Serviços gráficos e reprodução” se refere principalmente à diminuição de R\$ 3.968 das despesas com impressão e editoração gráfica.

No grupo “Serviços de comunicação” houve redução de R\$ 5.903 nas despesas com correios, além do decréscimo de R\$ 1.161 nas despesas com telefonia fixa.

Na rubrica “Demais custos e despesas gerais” são registradas substancialmente as despesas com locação de ônibus e locomoção urbana.

29 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IPVA	(37)	(38)
IPTU/ITBI	(558)	(514)
IR sobre aplicações financeiras	(10.849)	(7.298)
IOF	(-)	(31)
Pis	(1.227)	(1.128)
Taxas	<u>(99)</u>	<u>(125)</u>
Total	<u>(12.770)</u>	<u>(9.134)</u>

A variação de R\$ 3.551 em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido ao aumento no valor das aplicações em relação ao mesmo período do ano anterior.

30 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Prov. p/ reclamações trabalhistas	(3.817)	(4.854)
Prov. p/ ações cíveis	(950)	(403)
Prov. p/ riscos fiscais	(596)	(3.262)
Prov. p/ perdas diversas	(88)	(289)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	<u>(31)</u>	<u>(-)</u>
Total	<u>(5.482)</u>	<u>(8.808)</u>

A variação na rubrica “Provisão para reclamações trabalhistas” se refere à redução nos valores a serem provisionados por alteração da probabilidade de perda de processos judiciais.

A variação na rubrica “Provisão para riscos fiscais” se refere ao registro de provisão referente aos valores de IPTU não pagos dos exercícios de 2014 e 2015, realizado em 2015, de acordo com os saldos constantes nos demonstrativos unificados do contribuinte. Em 2015, houve complemento de provisão referente ao IPTU dos imóveis próprios maior do que em 2016.

31 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação de bens imóveis	(605)	(1.209)
Depreciação de bens móveis	(5.670)	(5.324)
Amortização intangível	<u>(1.395)</u>	<u>(1.492)</u>
Total	<u>(7.670)</u>	<u>(8.025)</u>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

32 Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Convênios executados	(2.733)	(712)
Custo na baixa do ativo imobilizado	(51)	(57)
Despesas de exercícios anteriores	<u>(27)</u>	<u>(95)</u>
Total	<u>(2.811)</u>	<u>(864)</u>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios. O aumento da rubrica em 2016 se refere à finalização e prestação de contas de diversos convênios ao longo do ano.

33 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos próprios	12.170	21.233
Rendimentos rec. próprios - LP	50.053	21.947
Rend. fundos emp. emergentes	21	27
Variações monetárias ativas	1.126	907
Outros rendimentos	21	43
Subtotal	63.391	44.157
Despesas financeiras	(208)	(304)
Desvalorização cotas de fundos emp. emergentes	(248)	(440)
Variações monetárias passivas	(926)	(2.296)
Subtotal	<u>(1.382)</u>	<u>(3.040)</u>
Total receita financeira líquida	<u>62.009</u>	<u>41.117</u>

O acréscimo dos rendimentos é decorrente do aumento do valor médio de recursos mantidos em aplicações financeiras no período, além do aumento das taxas de juros praticadas.

Os valores registrados nas contas de variações monetárias passivas se referem a atualizações monetárias das obrigações de contingências trabalhistas, cíveis e obrigações legais.

34 Benefícios a empregados pós-emprego

34.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/SP contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações contábeis. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do Plano	2.136	1.379
Valor presente das obrigações atuarias	(712)	(525)
Superávit	1.424	854

De acordo com a política contábil, a Entidade não efetua o registro do superávit atuarial.

O total de contribuições reconhecidas como benefícios sociais nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 4.172, conforme demonstrado a seguir:

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	122	4.050	4.172
Totais	122	4.050	4.172

34.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(525)	(499)
Custos do serviço corrente e juros	(150)	(137)
Perdas/ganhos atuariais em outros resultados abrangentes	(37)	111
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(712)	(525)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.379	1.021
Contribuições pagas ao plano	121	113
Receita de juros	221	153
Perdas/ganhos atuariais em outros resultados abrangentes	415	92
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	2.136	1.379

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Custo do serviço corrente	(84)	(81)
Perdas/ganhos sobre o ativo	415	92
Perdas/ganhos sobre o passivo	(37)	111
Efeito do teto do ativo	(416)	(235)
Total dos componentes	(122)	(113)

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2016	31/12/2015
Taxa real anual de juros	11,16%	12,76%
Projeção de crescimento real de salário	2,20%	2,16%
Taxa de inflação média anual	4,69%	5,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16%	12,76%

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir?

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e F Desag 10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e F Desag 10%
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - UP 94 - MF
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 MF
- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

35 Cobertura de seguros

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 19 de novembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra roubo, incêndio, quedas de raio, explosão, danos elétricos, entre outros. A vigência de cobertura da frota de veículos próprios e locados é até 21 de setembro de 2017, e a cobertura referente à responsabilidade civil estará vigente até dezembro de 2017. O custo total do prêmio foi de R\$ 214 e a importância segurada de R\$ 57.168.

36 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações financeiras).
- Aplicações financeiras (CDB e Fundos de Investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	442	23.840
Aplicações financeiras	11	572.380	349.230
Numerários vinc. convênios/programas	5	2	101
Contas a receber de clientes	8	5.941	4.701
Outros créditos	9	2.758	2.569
Créditos com o Sistema SEBRAE	12a	100.832	-
Fundos mútuos de investimentos	10	3.821	2.833

Os Fundos de investimentos se referem a: FIP - Fundo de Investimento em Participações e FMIEE - Fundo Mútuo de Empresas Emergentes, ambos regulamentados pela CVM.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2016	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benef. a empreg/Obrig. tribut.	12.846	12.846	-	-
Obrig. convênios e contratos	2	-	2	-
Contas a pagar fornec. e outros	17.068	17.068	-	-
Provisão de férias e encargos	24.116	-	24.116	-
Obrig. c/ Sistema SEBRAE	2.822	-	2.822	-
Receitas a apropriar	1.454	-	-	1.454

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/SP desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa DI será de 13,63% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Alta da Variação da taxa DI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2017		
		Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
		10,25%	9,22%	8,20%
	572.380	631.049	625.153	619.315
Efeito da Variação da taxa DI		58.669	52.773	46.935
Alta da Variação da taxa DI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2018		
		Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
		9,00%	8,10%	7,20%
	572.380	623.894	618.743	613.591
Efeito da Variação da taxa DI		51.514	46.363	41.211

Impactos no Resultado	31/12/2017	31/12/2018
Cenário Possível - Cenário Provável		
SELIC	-5.896	-5.151
Cenário Remoto - Cenário Provável		
SELIC	-11.734	-10.303

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundos mútuos de investimentos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CDB) são classificados como Nível 2, enquanto que as aplicações financeiras (fundos de investimento) e fundos mútuos de investimento são classificados como nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

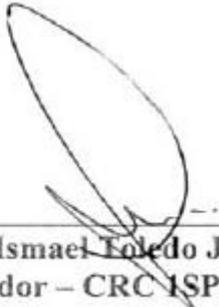
	Nota	Nível	31/12/2016	31/12/2015
Aplic. financeiras (eq. caixa)	4	2	-	19.095
Apl. financeiras (fundos investimento)	11.1	1	12.916	-
Aplicações financeiras (CDB)	11.2	2	559.464	349.230
Fundos mútuos de investimentos	10	1	3.821	2.833

37 Informações adicionais

Diretor Superintendente: Bruno Caetano Raimundo

Diretor Técnico: Ivan Hussni

Diretor de Administração e Finanças: Pedro Rubez Jeha



Ismael Toledo Junior
Contador – CRC 1SP174698/O-9